



# ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

**Financiamento de Longo Prazo** - O financiamento de longo prazo do empreendimento (BNDES, sindicato de bancos privados e debêntures emitidas pela empresa), vindo sendo amortizado conforme as previsões contratuais. Em fevereiro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente todo o financiamento.

**Venda de Energia - Contrato de Longo Prazo** - A energia que coube à ITASA em 2014 totalizou 3.540 GWh, vendidos exclusivamente aos três grupos de acionistas da empresa e à consorciada Tractebel, em conformidade com os contratos de compra e venda de energia e aditivos. A receita gerada com a venda de energia somou R\$ 152 milhões, R\$ 18 milhões inferior à receita de 2013 (10,59%), como consequência do ajuste do contrato de compra e venda de energia.

**Desempenho Econômico-Financeiro** - Durante o exercício de 2014, as atividades da companhia envolveram despesas totais, antes dos tributos, de R\$ 151 milhões, superior ao exercício anterior (R\$145 milhões em 2013). Nesse contexto, o lucro líquido da ITASA, antes dos tributos, foi de R\$ 6,6 milhões, inferior ao de 2013 (lucro de R\$ 30 milhões), estando programado o pagamento de R\$ 1,03 milhões de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 4,8 milhões em 2013).

### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO

Em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativos Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.436	45.894
Clientes - Concessionárias e permissionárias	6	12.176	15.702
IR Fonte sem aplicação financeira		529	12
IRPJ a compensar		1.800	11
CSLL a compensar		809	1
Serviços em curso - P&D		4.729	3.317
Outros		938	957
Total dos ativos circulantes		52.417	65.894
<b>Ativos não Circulantes</b>			
Realizável a longo prazo:			
Impostos a recuperar		182	182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	32.161	33.848
Imobilizado	9	568.883	603.266
		601.226	637.296
Total dos ativos não circulantes		603.407	671.386
<b>Total dos Ativos</b>		<b>653.643</b>	<b>703.190</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Custo do Imobilizado	Lucros Acumulados	Total
9	510.136	-	-	-	211.794	-	(63.288)	-	676.521
	-	-	-	-	-	3.687	(3.687)	-	20.210
13.c	-	-	1.011	-	-	-	(1.011)	-	-
13.b	-	-	-	182.692	(182.692)	-	-	-	-
13.d	-	-	-	-	(29.102)	-	-	(29.102)	-
13.e	-	-	-	-	-	(4.800)	(4.800)	-	-
9	510.136	-	-	10.712	-	-	(10.712)	-	-
	-	-	-	-	-	3.687	(3.687)	-	-
	-	-	-	-	-	-	4.325	-	-
13.c	-	-	216	-	-	-	(216)	-	-
13.b	-	-	-	(193.404)	193.404	-	-	-	-
13.d	-	-	-	-	(47.200)	-	-	(47.200)	-
13.e	-	-	-	-	-	(1.027)	(1.027)	-	-
	-	-	-	-	(605)	-	605	-	-
9	510.136	-	-	19.106	-	-	(19.106)	-	-
	-	-	-	-	-	145.599	(55.914)	-	-
	-	-	-	-	-	-	618.927	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional:** A Itá Energética S.A. ("ITASA" ou "Companhia") tem como objetivo a concessão da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, conforme descrito a seguir, mediante exploração outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030. A Companhia cancelou o registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de dezembro de 2012. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, provenientes de 5 grupos geradores de 290 MW<sup>1</sup> cada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), os 39,5% restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à Companhia, 342,95 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel. O Contrato de Consórcio também estabelece que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel, conforme condições contratadas entre as partes. A estrutura operacional da geração de energia elétrica, denominada Usina Hidrelétrica Itá, é constituída dos bens demonstrados no ativo imobilizado da empresa, que consistem, substancialmente, de obras civis relacionadas à barragem, turbinas e respectivos geradores, e de outros bens (incluindo obras civis intermediárias e a estrutura de transmissão) que são controlados no sistema patrimonial da acionista Tractebel. As quantidades e preços relativos à energia elétrica fornecida aos acionistas foram estabelecidos através de contratos firmados entre as partes em 15 de janeiro de 2011, e aditivos, vigorando pelo prazo de 1º de fevereiro de 2001 a 16 de outubro de 2030. Em Março de 2014, as partes assinaram o oitavo aditivo ao contrato de compra e venda que reduziu o valor do MWh, em reais, de R\$50,00 para R\$35,00 (a partir de abril 2014) e em dezembro de 2014, foi assinado o nono aditivo, que aumentou o valor do MWh, em reais, de R\$35,00 para R\$43,00 (a partir de janeiro de 2015) mantendo as mesmas condições para reajuste dos preços.

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico nas normas, determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requerido, mas, quando aplicável, essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e os valores apresentados (textos e tabelas) estão expressos em milhares de reais, exceto onde indicado de maneira diferente.

**3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros quando inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de ordem ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento fixo ou determinável e que não são classificados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa equivalente de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado ou outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os passivos financeiros da Companhia estão classificados como outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros (incluindo, fornecedores e outras contidas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**a.1) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

**a.2) Ativação de recuperabilidade de ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**b) Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não deduzíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de recuperação e, quando não for mais provável que o lucro tributável futuro estará disponível para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar, dedutível de despesas e passivos. **c) Imobilizado:** O imobilizado está apresentado ao valor de custo, deduzido da depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, se houver, acumuladas. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, janeiro de 2010, passaram a ser seu valor justo como custo atribuído. A depreciação é reconhecida conforme item k. 2 e taxas anuais descritas na nota 9. **d) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso futuro seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são virtualmente certos e recuperados por um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **f) Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D:** A Companhia, de acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2006, o montante de 1% - um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. De acordo com os procedimentos contábeis, essa obrigação está sendo reconhecida no mês de competência da receita que lhe deu origem, no grupo "Dedução da Receita Bruta". **g) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e de eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia, considerando que: O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. **h) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. **i) Utilização de estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a

experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de recuperabilidade de ativos, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários e civis e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros. **j) Principais julgamentos e fontes de incerteza nas estimativas:** Práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível situação futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referente a cada prática contábil crítica descrita a seguir: **i) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. **j) Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Anel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, de cada unidade. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica das Usinas, quando aplicável. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **j.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, ou quando ocorrer um evento significativo, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável. O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em abril de 2014 o valor do MWh que ser futuro foi reduzido de R\$50,00 para R\$35,00 e em dezembro de 2014, foi assinado o nono aditivo, que aumentou o valor do MWh, em reais, de R\$35,00 para R\$43,00 (a partir de janeiro de 2015) mantendo as mesmas condições para reajuste dos preços. A Companhia revisou sua avaliação para recuperabilidade dos ativos fixos em função dos fatos descritos nas notas explicativas nº 1 e 6, e concluiu que não existem indicadores de que os valores contábeis dos ativos de longo prazo não serão recuperados através das operações futuras. Durante o exercício contábil em 31 de dezembro de 2014, não houve outros indicadores que levassem à Companhia a revisar a recuperabilidade de seus ativos fixos. **j.4) Provisão para riscos civis e tributários:** É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. **3.1. Novos Pronunciamentos Contábeis:** Normas, interpretações novas e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014: Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. Alterações às IAS 39/CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o Hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. IFRS 10 - IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 25 (R2) - Entidades de Investimento - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. IFRIC 21 - Tributos - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. A aplicação dessas alterações não teve nenhum impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão vigentes em 31 de dezembro de 2014:** A Companhia está em análise sobre os impactos dessas novas pronunciamentos ou alteração em suas demonstrações financeiras, no entanto em uma análise prévia a Companhia não espera ter alterações significativas em suas demonstrações financeiras por conta da aplicação dos normativos acima descritos.

**IFRS 9** Instrumentos Financeiros Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. <sup>3</sup>

**IFRS 15** Revenue from Contracts with Customers - define 5 passos para serem aplicados aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). <sup>4</sup>

**IFRS 14** Benefícios a Empregados - Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço. <sup>5</sup>

**Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)** Alteração trata da contabilização para aquisição de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer um conjunto de documentação de operação em conjunto, onde a IFRS seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo. <sup>3</sup>

**Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)** Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis <sup>3</sup>

**Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29** Alteração da norma para a inclusão da opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. <sup>3</sup>

**Modificações à IAS 19/CPC 33** Benefícios a Empregados - Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço. <sup>1</sup>

**IAS 27** Demonstrações Consolidadas. <sup>3</sup>

**IFRS 10 e IAS 28** Alteração nas normas para esclarecer o tratamento da venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture, cujas exigências são aplicáveis independentemente da forma jurídica da operação. <sup>3</sup>

**IAS 1** Alteração na norma para endereçar potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações financeiras. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação. <sup>3</sup>

**IFRS 10, IFRS 12 e IAS 18** Alteração para tratar de questões específicas sugeridas no contexto da aplicação da exceção de consolidação para entidades de investimento <sup>3</sup>

**Modificações às IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012<sup>2</sup>**

**Modificações às IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013<sup>1</sup>**

**Modificações às IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014<sup>3</sup>**

**Auditoria** - A Deloitte, que passou a realizar a auditoria externa da ITASA a partir de 2009, não prestou serviços não relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis divulgadas.

**Meio Ambiente** - O Consórcio ITÁ vem desenvolvendo projetos destinados à educação, melhoria do meio ambiente e conscientização ambiental. Os investimentos nessas projetos foram de R\$ 1,4 milhões em 2014 e R\$ 2,0 milhões em 2013, sendo que a contribuição da Itasa foi de R\$ 0,85 milhões em 2014 e R\$ 1,21 milhões em 2013.

**Relacionados** - Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrados ao longo deste exercício.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2015



**Administradora**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014  
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>	14	136.638	153.531
<b>Custo de Produção de Energia Elétrica</b>	15	(86.751)	(79.745)
<b>Lucro Bruto</b>		49.887	73.786
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>			
Com vendas			
Gerais e administrativas	15	(41.151)	(38.440)
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		(5.104)	(6.139)
Receitas financeiras		3.652	29.207
Renda de aplicações financeiras		4.311	2.933
Outras receitas financeiras		86	23
Total receitas financeiras		4.397	2.956
Despesas financeiras		-	-
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(346)
Juros diversos		(834)	(699)
Outras		(591)	(645)
Total despesas financeiras		(1.425)	(1.690)
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		6.604	30.473
Provisão para imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	(592)	(9.677)
Diferido	8	(1.687)	(586)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		4.325	20.210
<b>Lucro por ação Básico e Diluído - R\$</b>		0,00831	0,03885

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014  
(Em milhares de reais)

	2014	2013
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	4.325	20.210
Lucro líquido de exercício	4.325	20.210
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	4.325	20.210

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014  
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		4.325	20.210
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	9	35.065	35.010
Juros líquidos		-	346
Baixa imobilizado líquida	9	222	175
Provisões para causa cíveis, fiscais e trabalhistas	12	408	(110)
Provisão fornecedores (Conita)		217	308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.687	586
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8	592	9.677
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	3.792
		42.516	69.994
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Clientes	6	3.126	(119)
Tributos e contribuições sociais a recuperar		(3.114)	(5)
Cauções e depósitos vinculados		-	1.364
Outros		(1.393)	(3.261)
		(981)	(2.021)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores	10	(982)	218
Tributos e contribuições sociais		1.652	(518)
Pesquisa e desenvolvimento	10	1.120	2.619
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos	10	606	2.676
Outros		(12	



continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014** (Valores expressos em milhares de reais)

	Custo						Imobilizado em curso	Total
	Terrenos	Imobilizado administrativo	Intangível: software/patentes e adutoras	Reservatórios e barragens	Edifícios e obras civis	Máquinas e equipamentos		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.859	932	134	304.049	110.875	540.882	4.398	983.129
Adições	-	2	-	-	-	-	1.431	1.433
Baixas	-	-	-	-	-	(338)	(3.832)	(4.170)
Transferências em curso	-	17	-	-	-	878	(895)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.859	951	134	304.049	110.875	541.422	1.102	980.392
Adições	-	38	1	-	-	-	865	904
Baixas	-	(277)	(43)	-	(185)	(181)	(79)	(765)
Transferências em curso	-	7	-	-	159	791	(957)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.859	719	92	304.049	110.849	542.032	931	980.531
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.717	714	126	122.597	37.823	177.302	-	342.279
Depreciação no exercício	940	43	2	11.208	4.175	18.642	-	35.010
Baixa no exercício	-	-	-	-	-	(163)	-	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.657	757	128	133.805	41.998	195.781	-	377.126
Depreciação no exercício	940	38	1	11.252	4.196	18.638	-	35.065
Baixa no exercício	-	(268)	(43)	-	(104)	(128)	-	(543)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.597	527	86	145.057	46.090	214.291	-	411.648
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	17.202	194	6	170.244	68.877	345.641	1.102	603.266
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.262	192	6	158.992	64.759	327.741	931	568.883

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Eslarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado da usina da Companhia que apresentava valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. O ajuste no balanço referente à primeira adoção (1º de janeiro de 2009) foi feito com base no Laudo de Avaliação revisado pela Administração da Companhia e totalizou R\$118.161. Os saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R\$84.719 e R\$90.305, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de R\$5.586 (R\$3.687, efeito líquido de tributos). O saldo contábilizado no Patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial é de R\$55.914 (R\$59.601 em 2013), líquido dos respectivos efeitos tributários. A Companhia realizou teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e de seus impostos a compensar/recuperar e diferidos em função do aditivo ao contrato descrito na nota explicativa 6 e não identificou qualquer necessidade de constituição de *impairment* para a data-base de 31 de dezembro de 2014.

**10. Fornecedores:**

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de uso da rede elétrica	5.134	4.577
Equipamentos (a)	2.335	2.256
Prestadores de serviços (Nota explicativa nº 19)	1.442	2.968
Empreiteiras (a)	3.784	3.645
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos	4.996	4.390
Pesquisa e desenvolvimento	10.763	9.643
Outros	193	206
Total do circulante	28.647	27.685

**a) Empreiteiras e fornecedores de equipamentos:** Os valores a pagar às empreiteiras e fornecedores de equipamentos, referem-se ao saldo de bônus a pagar provisionados de acordo com os termos do contrato firmado com o Consórcio para construção de Ita - Consórcio Ita - "Conita", responsável pela construção e instalação da Usina, decorrentes da conclusão antecipada das obras e consequente antecipação da geração e comercialização de energia elétrica, realizada pela CCEE. O referido saldo será pago quando houver liquidação financeira, pelos agentes que possuem liminares ou ficaram inadimplentes, quando da energia vendida na CCEE. Até o presente momento não foi assinado o termo de quitação contratual celebrado com o Consórcio Conita, responsável pelo Contrato de Construção da Usina Hidrelétrica de Ita. O valor principal da dívida monta R\$3.815 em 2014 e 2013, registrado na conta de fornecedores sem sofrer alteração, enquanto a atualização monetária monta o valor de R\$2.303 (R\$2.086 em 2013), reconhecida por meio de provisão. Esta atualização ajusta o saldo à melhor estimativa da Companhia para o valor de desfecho por meio de acordo entre as partes. A Administração avalia que o referido termo de quitação, quando assinado, não trará outros impactos para a Companhia, além dos valores acima mencionados principalmente com relação a eventuais pleitos. Os saldos com os demais fornecedores estão relacionados com a atividade operacional da Companhia.

**11. Empréstimos e financiamentos:** Em fevereiro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente todos os financiamentos. O valor pago foi de R\$41.803 de principal e R\$500 de juros, sendo R\$346 relativos ao exercício de 2013 e R\$154 ao de 2012.

**12. Provisão para Causas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas:**

	01/01/2013	31/12/2013	31/12/2014
		Atualização	Provisão
		Reversão	Atualização
		Reversão	Provisão
Provisões cíveis (a)	3.606	(633)	397
Provisões fiscais	3.705	(3.832)	127
Total das provisões	7.311	(4.465)	524
Total circulante	1.500	-	1.500
Total não circulante	5.811	(4.465)	524
Total das provisões	7.311	(4.465)	524

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisões para processos que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, se revestem de riscos de desembolso futuro provável. **a) Provisões cíveis:** O montante provisionado para provisões cíveis, referentes aos processos de desapropriações e realocações na época da construção da Usina (UHE-ITA), é considerado pela Administração suficiente para cobertura dessas contingências. Durante o exercício de 2014, houve o encerramento de processo cuja a provisão montava em R\$521, sendo que o desfecho gerou um pagamento, o encerramento e reversão do montante provisionado acima do valor efetivamente pago. Adicionalmente, houve reclassificação de R\$125 para o passivo circulante, em função da expectativa da Administração sobre a conclusão de alguns processos para 2015. A Companhia está envolvida em processos judiciais que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco de desembolso futuro provável e, portanto, não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 os valores envolvidos com risco possível de desembolso futuro estão estimados em R\$514 (R\$426 em dezembro de 2013), principalmente de natureza cível.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Enéas García Diniz  
Monica Garcia Fogazza Rego  
Rosana Passos de Pádua

Manoel Arlindo Zaroni Torres  
Maurício Stolle Bähr

Enéas García Diniz  
Diretor

Luiz Eduardo Simões Viana  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Marcia do Prado  
CRC: SP 179205/O-0 T-SP

**DECLARAÇÃO DO DIRETOR DA COMPANHIA**

Luiz Eduardo Simões Viana  
Diretor  
São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

**13. Patrimônio Líquido:** **a) Capital Social:** O capital subscrito e integralizado permanece em R\$510.136. A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que atualmente todos estão alocados em certificados de depósitos bancários. **b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes:** A Companhia considera seu risco a exposição cambial baixo já que os empréstimos da Companhia, que eram o principal fator de risco foram liquidados em fevereiro de 2013, portanto no período de janeiro a dezembro de 2014 a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, porém vem monitorando continuamente as variações de câmbio, a fim de observar eventual necessidade de contratação desses instrumentos. **c) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requerem divulgação específica. Os valores das aplicações financeiras gerados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	2014	2013
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	253.606.846	48,75%
Tractebel Energia S.A. - Tractebel	253.606.846	48,75%
Companhia de Cimento Itambé - Itambé	13.005.480	2,50%
	520.219.172	100,00%

O montante do capital subscrito e integralizado representativo dessas ações pode ser aumentado pelo Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado de R\$600.000. **b) Reserva Estatutária:** A finalidade desta reserva é manter recursos na Companhia para assegurar a manutenção das atividades que compõem o objeto social e a realização de investimentos ou acréscimos de capital. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Dividendos:** O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da parcela destinada à constituição da Reserva Legal, e antes da realização do ajuste do valor justo do ativo imobilizado, será pago como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. Na Ata de Assembleia Geral Ordinária, de 30 de maio de 2014, foi aprovada a distribuição de R\$52.000 de dividendos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$4.800 de dividendos obrigatórios e R\$47.200 de dividendos extraordinários, sendo que os mesmos foram pagos em 20 de junho de 2014. O lucro base para fins de determinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2014 foi calculado como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.325	20.210
Reserva legal	(216)	(1.011)
(=) Lucro líquido ajustado	4.109	19.199
Dividendos mínimos obrigatórios	1.027	4.800

**e) Reserva de retenção de lucros:** A Companhia constituiu as reservas previstas na legislação, sob a rubrica Reserva de Retenção de Lucros com a finalidade de distribuição de lucros acima do mínimo estabelecido estatutariamente. **f) Ajuste de avaliação patrimonial:** Conforme nota explicativa nº 9, em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Eslarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado da usina da Companhia. Dessa forma a Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado, registrando uma diminuição de seu ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. Subsequentemente, e na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor são depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. **14. Conciliação da Receita Operacional Líquida:** Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) - Receitas segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. A Companhia apresenta no seu demonstrativo de resultado a seguinte receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional bruta	152.070	170.860
Fornecimento de energia elétrica (Nota explicativa 19)	2.648	3.306
Suprimento de energia elétrica (Nota explicativa 19)	147.535	164.482
Transações no âmbito da CCEE	1.806	2.602
Outras receitas	81	470

	31/12/2014	31/12/2013
Deduções da receita operacional	(14.066)	(15.805)
PIS e COFINS	(1.366)	(1.524)
Pesquisa e desenvolvimento	(15.432)	(17.329)
	136.638	153.531

Receita operacional líquida

**15. Custo de Produção de Energia Elétrica, Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:**

	2014	2013
	Custo com vendas	Despesas gerais e administrativas
Depreciação e amortização	35.055	10
Tarifa de transmissão	-	44.826
Royalties (a)	29.379	-
Royalties (b)	3.548	719
Serviços de terceiros - Diversos	15.886	-
Serviços de terceiros partes relacionadas (Nota nº 19)	15.886	-
Recuperação de PIS e COFINS	(1.469)	(3.929)
Pessoal e encargos	1.434	1.322
Administradores	-	570
Taxa de fiscalização	-	1.651
Provisões para causas cíveis e tributárias	(48)	-
Seguros	814	-
Outros	2.152	254
	86.751	41.151
		5.104
		133.006

	2014	2013
	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
Depreciação e amortização	34.997	13
Tarifa de transmissão	-	42.098
Royalties (a)	22.962	-
Royalties (b)	16.531	291
Serviços de terceiros (Nota explicativa nº 19)	(1.368)	-
Recuperação de PIS e COFINS	-	(5.036)
Pessoal e encargos	1.178	1.236
Administradores	-	1.599
Taxa de fiscalização	-	1.699
Provisões para causas cíveis e tributárias	3.158	-
Seguros	975	-
Doações, contribuições e subvenções	-	155
Outros	1.312	1.146
	79.745	38.440
		6.139
		124.324

<sup>a)</sup> Encargos pagos à ANEEL calculados com base na quantidade de energia gerada pela Usina.

<sup>b)</sup> Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS).

**16. Instrumentos Financeiros:**

**a) Categoria de instrumentos financeiros**

	2014	2013
Ativos financeiros:		
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Clientes - concessionárias e permissionárias	12.176	15.702
Caixa e depósitos bancários a vista	9	4
Aplicações financeiras	31.427	45.890
Passivos financeiros:		
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Fornecedores	28.647	25.599
	28.647	25.599

**b) Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os

quais a Companhia está exposta são os seguintes: **b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras:** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que atualmente todos estão alocados em certificados de depósitos bancários. **b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes:** A Companhia considera seu risco a exposição cambial baixo já que os empréstimos da Companhia, que eram o principal fator de risco foram liquidados em fevereiro de 2013, portanto no período de janeiro a dezembro de 2014 a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, porém vem monitorando continuamente as variações de câmbio, a fim de observar eventual necessidade de contratação desses instrumentos. **c) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requerem divulgação específica. Os valores das aplicações financeiras gerados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Até um ano	De um a três anos	Total
Aplicações financeiras	31.427	-	31.427
Transações com partes relacionadas	-	-	-
Contas a receber de clientes	12.176	-	12.176
Fornecedores	(28.647)	-	(28.647)
Total	14.956	-	14.956

**17. Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicação financeira:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base na taxa CDI estimada para o exercício de 2015 para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário A e Cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir:

**Aplicação financeira:**

**Efeito líquido resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2015 - aumento/(redução)**

Risco: queda da taxa	Exposição CDI	Cenário A		Cenário B	
		Taxa acumulada até 31/12/14	Cenário provável	Taxa acumulada até 31/12/14	Cenário provável
	31.427	559	(427)	(1.413)	(1.413)
<b>Taxas utilizadas</b>					
CDI		10,77%	12,55%	9,41%	6,28%

**Fonte:** A taxa utilizada no cenário provável foi estimada para 2015, com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS - média Top 5), em 2 de janeiro de 2015.

**18. Cobertura de Seguros:** A Companhia está inserida na apólice de seguro da acionista Tractebel Energia S.A., com os seguintes valores declarados:

Tipo de seguro	Valor em risco em R\$	Limite de indenização em US\$	Vigência da apólice
Danos materiais	2.387.924	899.000	664.050
Responsabilidade civil	-	-	132.810
	2.387.924	899.000	796.860
			300.000
			50.000
			28.02.2015

O limite máximo para indenização de danos materiais é de US\$250.000 mil, equivalentes a R\$664.050 não em 31 de dezembro de 2014 por evento. A adequação de limites de US\$250.000 de cobertura dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

**19. Transações com Partes Relacionadas:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Honorários	475	1.332
Encargos sociais	95	266
	570	1.598

A Companhia comercializa 404,14 MW médios de energia com a Tractebel, CSN e Itambé, através dos contratos de Compra e Venda de Energia, assinados em 2001 e vigentes até 2030, a seguir especificados: **a) Tractebel:** Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Ita, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. Contrato de Compra e Venda de 61 MW médios de energia reajustado pela variação do Dólar comercial e do índice 64 - Consumer Price, com vigência até 16 de outubro de 2030. Adicionalmente o Contrato de Consórcio acorda entre as partes que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Ita, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Ita, com vigência até 16 de outubro de 2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M. Contrato de Gestão Técnica e Financeira, firmado em 01 de setembro de 2009, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão, pela Tractebel Energia S.A., do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D da ANEEL para a aplicação dos recursos correspondentes a 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da Receita Operacional Líquida Anual da ITASA em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), conforme Lei Federal nº 12.212/2010, com vigência de três anos a partir da assinatura do mesmo. **b) CSN:** Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Ita, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. **c) It**